



Narrativa Jornalística e Memória: A cobertura Noticiosa dos 30 Anos de Aparição Pública da Aids¹

Carlos Alberto de CARVALHO²
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Desde que surgiu como acontecimento problemático para a área da saúde e para as relações sociais, pelos preconceitos nela envolvidos, a Aids tem sido desafiadora para as coberturas jornalísticas. Identificar alguns indícios de memória em narrativas que marcaram os 30 anos do HIV/Aids é o objetivo central deste artigo, que se debruça sobre textos publicados nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Estado de Minas*, a partir de noções como acontecimento, narrativa e memória. Interessa-nos apreender como se articula a noção de memória, como proposta por Paul Ricoeur, como recurso que nos permita aproximações com as estratégias narrativas adotadas pelo jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Acontecimento; Narrativa; Memória; HIV/Aids.

A Aids como acontecimento em (des)(re)construção

A eclosão da Aids como acontecimento socialmente disruptor, no início dos anos 1980, envolveu a síndrome em uma complexa trama de articulações de sentidos, disputas que acionaram as áreas médicas, científicas e sociais, envolvendo uma série de atores sociais. Tratava-se, naquele momento, da descoberta das causas, da definição de modelos de pesquisa, de atendimento aos soropositivos, de estratégias de prevenção e dos eventuais métodos de cura, no rastro de um equívoco inicial, o de que a Aids era exclusiva de “grupos de risco” (CAMARGO JR.; 1994, FAUSTO NETO, 1999). Nesse sentido, como sublinhou o pesquisador Kenneth Rochel de Camargo Jr. (1994), o que estava em jogo não era simplesmente uma corrida pela descoberta das causas, métodos preventivos e possíveis curas, mas também uma corrida para saber quem melhor definiria o que era a Aids. Quem chegasse primeiro, além do orgulho pela primazia de descobertas importantes, ganharia prestígio científico, profissional e social, mas, acima de tudo, dinheiro, a partir dos *royalties* e patentes derivados dos achados e das soluções farmacêuticas e de métodos diagnósticos desenvolvidos pioneiramente.

Se do ponto de vista médico e científico esses eram os termos da disputa pelo estabelecimento dos sentidos da Aids, do lado das organizações sociais estavam em jogo questões não menos importantes, essencialmente gravitando em torno de como

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O trabalho é parte de pesquisa financiada com recursos do Edital PRPq 08/2010 – Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Doutores Recém-Contratados da UFMG.

² Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação. *E-mail:* caco5@uol.com.br.



evitar que apenas as forças médicas e científicas controlassem os corpos atingidos pelo HIV/Aids. Naquilo que aparece nas reflexões de Susan Sontag (1989), tratava-se, em certa medida, de evitar que somente o domínio médico e científico dissesse como proceder relativamente à síndrome, especialmente de evitar um controle sobre os corpos à maneira de uma ideologia higienista com fortes traços de segregação e normatização sexual. Atribuir sentidos à Aids, portanto, nos marcos iniciais da aparição pública da síndrome, era definir uma série de formações discursivas – atribuidoras de sentido – que a longo prazo poderiam determinar simbolicamente a nova realidade que então desafiava a todos os tipos de saberes já aludidos.

Para complicar um pouco mais a Aids como acontecimento, os então definidos “grupos de risco” constituíam-se de segmentos populacionais tradicionalmente marginalizados socialmente, alvos de preconceitos variados, das manifestações de ódio homofóbico dirigidas contra homossexuais masculinos às depreciações sociais de prostitutas, usuários de drogas injetáveis e haitianos, os últimos vítimas associadas ao comércio ilegal de sangue para os Estados Unidos, um dos primeiros países a registrarem casos da nova e misteriosa doença e logo envolvido em disputas com a França pela determinação do pioneirismo na descoberta do vírus, apontado como agente causador após um período de total desconhecimento sobre a origem da infecção e modos de transmissão, afinal identificados como ocorrendo por meio do sangue e/ou esperma contaminados. A querela sobre a primazia da descoberta do vírus, aliás, envolveu disputa tão ferrenha entre pesquisadores dos Estados Unidos e da França que foi necessário uma espécie de “tribunal internacional científico” para definir quem, afinal, havia feito a descoberta, mesma instância que acabou por batizar o agente patológico como “vírus da imunodeficiência adquirida”.

Na esteira das novas descobertas, a Aids como acontecimento foi sendo resignificada, a exemplo da mudança de paradigma no que diz respeito à incidência, passando da noção de “grupos de risco” para a de “comportamento de risco” e, posteriormente, para entendimentos mais complexos, como a elaboração do conceito de “vulnerabilidade”, a partir do qual a exposição ao HIV/Aids era entendida como a soma de fatores comportamentais, sexuais, sociais, culturais, econômicos e políticos, dentre outros, definindo maior ou menor possibilidade de se tornar soropositivo (CARVALHO, 2009). Este é, sinteticamente, o cenário no qual o jornalismo fez as primeiras coberturas que levaram ao público massificado e não especializado informações sobre a Aids, no momento mesmo em que, nos bastidores dos consultórios médicos, das agências de



saúde governamentais e das áreas científicas buscava-se o desvendamento de realidade que colocava em risco, em uma primeira avaliação, a própria sobrevivência da espécie humana, enquanto, simultaneamente, deixava sob suspeita a capacidade humana de enfrentamento de todas as doenças. Não é difícil perceber, portanto, que como acontecimento, a Aids tem historicamente acionado uma diversa e complexa rede de inteligibilidades, colocando-a como exemplo particularmente produtivo para reflexões sobre os modos como a tessitura narrativa jornalística deve se haver com temáticas que lhe problematizam determinados modos mais tradicionais de dar a ver ao público as ocorrências sociais cotidianamente produzidas. Desde o início, portanto, foi possível identificar a Aids como acontecimento marcado por constantes rearticulações de sentido, estas também acionadas pelo jornalismo para conferir a ela interpretações³.

É ainda importante lembrar que, se definimos a Aids como um acontecimento, não é possível negligenciar que em torno dela tem sido produzida uma enorme quantidade de microacontecimentos, que se vistos em conjunto, ajudam a melhor compreender como diversos atores sociais têm ao longo de três décadas entrado em cena na disputa dos sentidos envolvendo a síndrome. Exemplos destes microacontecimentos, além das disputas atrás referidas, são a criação de entidades não governamentais voltadas para o acolhimento de soropositivos, para campanhas de prevenção e para a conscientização sobre a necessidade de não estigmatização de pessoas convivendo com o HIV/Aids. Acontecimentos quando vistas sob o prisma de sua criação, essas entidades têm protagonizado ações que constituem outros microacontecimentos articulados com a síndrome, como a distribuição estratégica de preservativos em datas e/ou eventos especiais, dentre uma série de outras, inclusive de divulgação organizacional com o objetivo de atrair mídias jornalísticas que deem visibilidade e promovam a repercussão das suas atividades e modos de interpretar a doença, expandindo, como consequência, a disputa de sentidos em torno do HIV/Aids.

A rearticulação de sentidos da Aids, assim sendo, na perspectiva que nos interessa mais proximamente, que é refletir sobre a própria natureza do acontecimento quando apanhado pela trama narrativa típica dos processos jornalísticos, indica aquilo que Louis Quéré (2005) identifica como a natureza hermenêutica do acontecimento. A capacidade

³ Paradigmático do desafio de dar sentido à Aids como acontecimento jornalístico foi um editorial publicado pela *Folha de S.Paulo* detectado em pesquisa realizada por nós em outro momento, com o intuito de verificar como o jornal paulista portou-se nas primeiras coberturas realizadas sobre a síndrome. Ali, claramente a *Folha* atribui à Aids a dimensão de acontecimento que diz de uma “doença social”, que requer tal tratamento para que se evite, na própria cobertura jornalística, a estigmatização social dos soropositivos, nos inícios dos anos 1980 particularmente alvos de discriminações diversas. Para detalhes, consultar CARVALHO, 2009.



interpretativa do acontecimento é de dupla face. Uma primeira diz sobre a dinâmica de interpretação/reinterpretação dos sentidos do acontecimento no curso da sua ação, ou a busca de novos sentidos para aqueles acontecimentos já encerrados no tempo, mas cujas repercussões permanecem no presente, com projeções também para o futuro. Deriva dessa dinâmica a segunda condição hermenêutica do acontecimento, à medida que ele lança luzes sobre outras dimensões sociais que estão no seu entorno, que dele derivaram ou que por ele, de alguma forma, foram afetadas, o que lhe confere também características de algo ligado às experiências sociais e individuais. Segundo Quéré,

“Só há experiência quando há transacção entre duas coisas que são exteriores uma à outra, por exemplo, entre um organismo e o meio ambiente que o rodeia, em que cada um é afectado pelo outro e reage segundo a sua constituição. É, precisamente, graças a essa transacção possível que o acontecimento é um fenómeno de ordem hermenêutica: pode ser palco de encontro, interacção, determinação recíproca. (QUÉRÉ, 2005, p. 68)

Essa característica hermenêutica nos é muito cara para a compreensão dos modos como, desde sua aparição pública, a Aids tem acionado atores sociais diversos nas disputas em torno da determinação de seus sentidos. Nessa perspectiva, lembrando que inicialmente um dos debates mais acalorados em torno do HIV/Aids se deu a partir da sua suposta “preferência” por homossexuais masculinos, com amplas repercussões em mídias noticiosas diversas, das mais populares e sensacionalistas, às consideradas de referência, é fundamental lembrar a associação da síndrome ao recrudescimento da homofobia, o que incluiu, em coberturas jornalísticas, a aparição de manchetes como “peste gay” e “câncer gay” (ver, dentre outros, BLOUIN, 1987; FAUSTO NETO, 1999; CARVALHO, 2009). Ora, em sua natureza hermenêutica, mas também ligada à experiência, é possível perceber que a Aids como acontecimento acabou por promover, contraditoriamente, o recrudescimento da homofobia, mas também uma maior visibilidade da homossexualidade e dos preconceitos, levando àquilo que autores como Anthony Giddens (2005) denominam como a ampliação da força política de movimentos sociais de defesa dos direitos humanos de homossexuais e de outras pessoas vítimas de preconceito em função da orientação sexual. Em outras palavras, o acontecimento HIV/Aids trouxe à tona sentimentos de repulsa homofóbicos que, em certa medida, e associado a outras circunstâncias, acabaram por favorecer a luta de quem busca a superação da homofobia como um sério problema social. Podemos também incluir nessa lista das afetações produzidas nas experiências sociais e individuais a partir da



Aids o maior rigor nas transfusões de sangue, beneficiando, por exemplo, hemofílicos, ainda antes da Aids vítimas involuntárias da contaminação por doenças diversas.

Se passadas três décadas da aparição pública da Aids é possível, como propõe Nelson Traquina (2005), classificar a cobertura noticiosa sobre a síndrome como tipicamente de rotina, entendendo pelo termo o noticiar de acontecimentos que não apresentam-se mais como novidade, tal como os acidentes de trânsito, as movimentações dos mundos econômico ou cultural, por exemplo, não nos parece plausível, por outro lado, entender que os sentidos do HIV/Aids como acontecimento estejam já cristalizados. Embora aqui não tenhamos como propósito avançar nessa discussão, a própria dinâmica apontada por Nelson Traquina da abordagem do HIV com a mudança significativa dos atores sociais atribuindo-lhe novos sentidos, como as instâncias médicas e científicas, atualmente predominantes, é indicativa do quanto a Aids continua um acontecimento ainda em curso interpretativo, com reflexos diretos sobre algumas conformações que lhe dizem respeito. Registre-se, a este respeito, as lutas do governo brasileiro pela quebra de patentes dos medicamentos que compõem o coquetel de tratamento de soropositivos, dentre uma enorme quantidade de exemplos que poderiam ser acionados.

É a partir dessas considerações sobre a natureza mutável da Aids como acontecimento que nos aproximamos da outra problemática que nos interessa aqui, a das formas narrativas e suas relações com a memória. Partindo do pressuposto de que o jornalismo, em suas coberturas noticiosas cotidianas produz narrativas sobre o mundo, ainda que estas nem sempre se apresentem sob a forma acabada em todos os relatos produzidos, tal como indicamos em outro local (CARVALHO, 2010), avançamos na sequência para reflexões que, ao final, iluminem minimamente o pequeno material empírico que acionamos, correspondente a textos publicados por ocasião de eventos que lembraram os 30 anos do HIV/Aids.

Narrativa e memória

Trabalhando com as formas narrativas literárias e historiográficas, Paul Ricouer (1994; 1995; 1997) dedica os três volumes da obra *Tempo e Narrativa* às diversas interconexões que, partindo do próprio título dos livros, busca as diversas articulações entre a temporalidade e a armação da intriga, tendo a memória sempre como um pano de fundo. Constatada a inevitável aporia do tempo, não solucionada pelas mais diversas correntes filosóficas, Ricouer se põe a investigar quais seriam os modos possíveis de o tempo vir, de algum modo, a ser explicado pelo homem, constatando, no máximo, que



as diversas dimensões da temporalidade somente não escapam aos homens quando capturadas pelas narrativas. Embora sem resolver a aporia do tempo, pelo menos este agora aparece como o tempo humanizado, operação realizada, precisamente, pelo ato de narrar (RICOUER, 1994). Ao narrar, somos capazes de colocar em relação diversas dimensões temporais, jogando com passado, presente e futuro.

Além das preocupações com as diversas modalidades narrativas, que geram estilos/gêneros (epopeia e tragédia, por exemplo), identidades narrativas diferenciadas segundo localizações geográficas e culturais distintas, dentre outras discussões que fogem aos nossos interesses de momento, Ricouer aponta para uma dimensão do apanhar os acontecimentos narrativamente que nos parece elucidativa. Em sua perspectiva, podemos vislumbrar indícios de que os acontecimentos são modificados, preservados ou resignificados à medida que submetidos interpretativamente às estratégias narrativas que os tornam inteligíveis. Nesse sentido, também a partir de Ricouer é possível entender que os acontecimentos são dotados de dimensões hermenêuticas e de afetação da experiência, características indicadas por Quéré, que a propósito, ainda que não necessariamente explicitando, parece inspirar-se nas discussões do autor de Tempo e Narrativa ao discutir o acontecimento e sua natureza articulada à experiência.

Mas a partir de Ricouer podemos ir um pouco além das características hermenêuticas e de afetação da experiência contidas no acontecimento, alcançando as reflexões mais direcionadas à memória, naquilo que o autor chama da “dimensão hermenêutica da consciência histórica” (RICOUER, 1997). Nela, estão implicadas remissões ao passado e projeções para o futuro, a partir de rastros, vestígios, arquivos e documentos diversos. Também está implicado no conceito de temporalidade o esquecimento, não como o apagamento involuntário de nossas lembranças individuais e coletivas, mas como estratégia que dá relevo, realça, ou que apaga voluntariamente determinados aspectos da memória, seja como artifício estético, seja como elemento “ideológico” que visa à construção de uma determinada visão de mundo a partir de um acontecimento específico ou de uma série deles. Nos marcos das discussões sobre história e ficção, é sempre importante lembrar, Ricouer nos diz sobre processos de ficcionalização da história que estão também ligados aos modos de trabalhar a memória:

Refiro-me a esses acontecimentos que uma comunidade histórica considera marcantes porque neles vê uma origem ou um redirecionamento. Esses acontecimentos, que em inglês são chamados de “*epoch-making*”, recebem sua significação específica de seu poder



de fundar ou de reforçar a consciência de identidade da comunidade considerada, sua identidade narrativa, bem como a de seus membros. Esses acontecimentos geram sentimentos de uma intensidade ética considerável, quer no registro da comemoração fervorosa, quer no da execração, da indignação, do lamento, da compaixão ou até do lamento. (RICOUER, 1997: p. 324, com destaques no original)

Parece-nos aqui possível pensar naquelas operações anteriormente referidas de contínuas resignificações da Aids como acontecimento que desde o seu aparecimento tem estado sujeito a diversas disputas de sentido, acionando estrategicamente a memória e o esquecimento. “Comunidades” as mais diversas interessadas nos debates sobre o HIV/Aids e suas repercussões sociais têm criado formas narrativas que lançam mão de estratégias típicas das narrativas ficcionais, inseridas também nas preocupações éticas de que nos fala Ricouer nos processos de construção de intrigas que podem assumir ora tons moralizantes, um pouco à maneira de narrativas melodramáticas (em discursos religiosos que pregam a abstinência como única forma de conter o avanço do HIV, condenando o uso de preservativos), ora ares de tragédias que prenunciam o fim dos tempos (por exemplo, na utilização de metáforas de guerra típicas de certos discursos médicos apontados por Susan Sontag), ora proposições de como, a partir da síndrome, chamar atenção para preconceitos sociais contra soropositivos, de que é emblemática a luta contra o recrudescimento da homofobia levada adiante por grupos de direitos humanos ligados às orientações sexuais, que em diversos momentos lançaram mão de estratégias narrativas identificadas esteticamente com um ou outro modo de narrar ficcional. Todas essas formas narrativas podem aparecer, diretamente ou refletidas, em narrativas jornalísticas que envolvem HIV/Aids.

Retomando Ricouer, após um longo percurso analítico em que fica constatada a inevitável aporia do tempo, como também o fato de que as narrativas são a forma por excelência de humanização do tempo, a única conclusão possível, para o autor, é a de “*considerar a narrativa como o guardião do tempo*, na medida em que só haveria tempo pensado quando narrado (RICOUER, 1997, p. 417, com destaques no original). Chegamos aqui a um bom termo para pensarmos as relações entre narrativa e memória também nas estratégias de tornar públicos acontecimentos – atribuindo-lhes sentidos – acionadas pelo jornalismo. Nessa perspectiva, e tal como trabalhamos em outra pesquisa (CARVALHO, 2010), é fundamental destacar que o jornalismo é um dentre diversos atores sociais que disputam os sentidos daquilo que é narrado pelas tramas noticiosas. A memória que aparece nas narrativas jornalísticas é sempre o resultado do acionamento de atores sociais que podem ocupar, nas notícias, ora papéis de fonte, ora de



personagens, assim como vêm dos mais variados setores da vida social, como a política, os poderes instituídos, a ciência, a economia, os movimentos sociais, dentre outros. E por acionamento não entendemos somente a convocação destes atores pelos próprios operadores jornalísticos (repórteres, editores, colunistas, administradores de empresas de mídia etc.), mas também a busca dos espaços jornalísticos pelos atores que querem tornar visíveis suas interpretações sobre os acontecimentos.

É assim que nos preocupamos aqui com dimensões de tempo e memória implicadas nas narrativas jornalísticas e, por extensão, na própria dinâmica dos processos jornalísticos, para além de certas reflexões que circunscrevem o problema do tempo no jornalismo às dimensões produtivas das notícias, por exemplo, tal como indicado por Nelson Traquina:

As organizações jornalísticas funcionam no interior de um ciclo temporal específico marcado tiranicamente por horas de fechamento. A tirania do fator tempo, a centralidade do conceito de “atualidade” na cobertura jornalística (Weaver, 1975/1993), a importância do “imediatismo” como valor fundamental da profissão (Roscho, 1975), o imperativo para os jornalistas para responder à pergunta básica, “o que há de novo?”, tudo se combina para levar o jornalismo a privilegiar a cobertura de acontecimentos. (TRAQUINA, 2005, p. 117, com destaques no original)

Ora, diferente do sugerido, o acontecimento que importa ao jornalismo não se limita àquilo que acaba de ocorrer, mas diz de uma dinâmica bem mais complexa, tal como buscamos evidenciar ao chamar atenção para as disputas de sentido em torno dos acontecimentos que fazem com que detalhes antes explorados voltem à baila a partir de novas interpretações acionadas, às vezes até mesmo independentemente de uma nova ocorrência na esfera de um acontecimento já noticiado. Também é inegável que a correria decorrente dos processos produtivos não é fator determinante para a preservação da memória de um acontecimento ou para o apagamento de alguns de seus aspectos, o que nos leva à necessidade de pensar as relações entre tempo e jornalismo nos marcos mais densos de uma relação mediada também pelo acionamento de estratégias narrativas.

A análise que fazemos a seguir tem como objetivo identificar em que medida textos publicados nos jornais *Estado de Minas*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo* sobre a temática HIV/Aids e homofobia preservam a memória da síndrome e das discussões suscitadas por ela, no momento em que completam 30 anos da sua aparição pública. A escolha dos jornais que constituem a base de composição do nosso *corpus* de análise – parte de uma pesquisa mais ampla que investiga se ainda há interconexões entre HIV/Aids e



homofobia em narrativas jornalísticas – se deu pela importância de cada mídia jornalística, em âmbito regional (o *Estado de Minas* é o jornal que há décadas ocupa o lugar de jornal de referência em Minas Gerais) e nacional (*Folha* e *Globo* são consideradas publicações de referência em função, dentre outros fatores, de circularem em todo o território brasileiro e frequentemente pautarem outras mídias noticiosas).

A Aids completa 30 anos de surgimento público

A coleta de material para a pesquisa a que nos referimos anteriormente, cujo começo foi em janeiro de 2011, com término em janeiro de 2013, nos colocou diante de uma situação inicialmente não prevista, qual seja, os 30 anos de aparição pública da Aids. Desse modo é que se explica o recorte que fazemos neste artigo.

No quadro a seguir indicamos o total de narrativas identificadas nos jornais *Estado de Minas*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, publicadas entre 23 de maio e 22 de junho de 2011. O critério para escolha dos textos foi a clara indicação ou alusão aos 30 anos da Aids, a partir de evento interno ou externo aos jornais. Por evento interno classificamos dois textos publicados na *Folha* com referências às suas próprias coberturas na década de 1980, o que não se verificou nas demais publicações.

<i>Estado de Minas</i>	<i>Folha de S.Paulo</i>	<i>O Globo</i>	Total
2	6	4	12

Fonte: Leitura diária dos jornais *Estado de Minas*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*

Do total de narrativas, uma é nota simples, dez são notícias e uma é entrevista. Não identificamos narrativa de maior fôlego de apuração e rigor estético diferenciado que pudesse demarcar uma reportagem. Apenas em *O Globo* há um conjunto de narrativas ocupando uma página inteira (no *Estado de Minas*, apesar de encontrarmos somente a notícia sobre Aids em uma mesma página, o restante dela – cerca de 25% – está ocupado por um anúncio de liquidação de loja de tintas).

Para que nos fosse possível verificar em que medida a memória dos primeiros anos de cobertura da Aids foi resgatada, adotamos categorias analíticas, definidas em função de temas presentes no início da aparição midiática da síndrome, a partir das quais também queremos notar os eventuais esquecimentos. A definição das categorias seguiu como critério a observação de pesquisas disponíveis em livros que abordaram o surgimento público da Aids como acontecimento, a maioria deles voltados para coberturas



jornalísticas (FAUSTO NETO, 1999; TRAQUINA, 2005; CARVALHO, 2009), sendo um que trabalhou com os relatórios oficiais sobre a síndrome produzidos pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CAMARGO JR., 1994). Nossa análise adota, essencialmente, a perspectiva descritiva, ficando as considerações de ordem qualitativa para os apontamentos finais. Metodologicamente, apontamos memória e esquecimento relativamente aos temas nos três jornais, sem a intenção de comparar a cobertura atual à dos anos 1980 em cada publicação especificamente.

- *Grupos de risco:* A ideia de que a Aids seria de incidência exclusiva sobre determinados segmentos populacionais, como homossexuais masculinos, prostitutas, usuários de drogas injetáveis, haitianos e hemofílicos, foi a tônica predominante nos primeiros momentos de cobertura noticiosa da Aids, com predominância da associação aos homossexuais masculinos (FAUSTO NETO, 1999; CARVALHO, 2009). Essa prevalência ainda se nota nas narrativas que analisamos, com oito deles fazendo referências, diretas ou indiretas, aos homossexuais como “grupos de risco”. Prostitutas e usuários de drogas vêm na sequência, com duas referências, aparecendo os haitianos em apenas um texto. Os hemofílicos, embora identificados como pertencentes aos “grupos de risco” nos momentos iniciais de projeção pública da Aids, não foram referidos nas narrativas, que não entram no mérito da pertinência ou não da noção de “grupos de risco”, ignorando completamente que ela foi a grande responsável por, além de criar pânico social e preconceitos contra os segmentos populacionais assim identificados, ter contribuído decisivamente para dificultar políticas de prevenção e combate às formas de disseminação do HIV/Aids, além do recrudescimento de preconceitos.

- *Comportamento de risco:* A noção de “comportamento de risco” veio substituir a de “grupos de risco” à medida que novos casos de Aids começaram a apontar a incidência sem distinções de sexualidade, raça, etnia, localização geográfica ou qualquer outro indicador de prevalência específica. A importância da noção foi chamar atenção que a contaminação pelo HIV estava associada à necessidade de tomar cuidados preventivos, como sexo protegido por preservativo e controle dos bancos de sangue, com exames que detectassem doadores portadores de alguma doença transmissível por sangue ou hemoderivados. Embora tenha aparecido ainda nos primeiros cinco anos de expansão da Aids, a noção de “comportamento de risco” não foi suficiente para apagar a ideia inicial de “grupos de risco”. Apenas duas narrativas fazem referência ao “comportamento de risco”, sem aprofundar no sentido da noção, no passado e no presente.



- *Vulnerabilidade:* A expansão da Aids em termos de distribuição socioeconômica, geográfica, por raça, etnia, idade e sexualidade fez com que surgisse a noção de “vulnerabilidade”, que em síntese propõe que a exposição e o contágio pelo HIV dependem de uma série de variáveis, como pertencer a um “grupo de risco”, adotar “comportamentos de risco”, estar em posição de desigualdade na negociação da prática sexual, ter menor poder econômico, possuir menor nível de instrução formal, ter acesso ou não a programas governamentais de prevenção e tratamento, dentre outros fatores, aumentando ou diminuindo as possibilidades de se tornar soropositivo. Com o conceito buscou-se ampliar as políticas de combate e prevenção ao HIV/Aids, aumentando as possibilidades de barrar sua expansão. Identificamos apenas três narrativas que abordam a “vulnerabilidade”, que assim como as noções de “grupo de risco” e de “comportamento de risco”, não é problematizada, apenas citada.
- *Homofobia:* O recrudescimento dos preconceitos contra homossexuais masculinos foi o aspecto mais visível do aparecimento da Aids nos anos 1980, tal como apontamos anteriormente. No entanto, apenas três narrativas lembram tal aspecto como um dos constituintes das disputas de sentido em torno da Aids como acontecimento. Ao contrário dos textos que apenas referiram os “grupos de risco” e os “comportamentos de risco” e a “vulnerabilidade”, no entanto, a homofobia foi problematizada, indicando-a como fator que pode aumentar as probabilidades de contágio pelo HIV, como o fato de alguns países criminalizarem a homossexualidade e a prostituição.
- *Descoberta das formas de transmissão:* Muitos dos equívocos que marcaram as divulgações iniciais sobre a Aids estão associados ao desconhecimento, nos primeiros momentos, do agente causador. Dentre outros fatores relevantes, é fundamental lembrar que a própria ideia de “grupos de risco” derivou diretamente dessa lacuna. Apesar da importância da descoberta do vírus HIV, somente três narrativas fazem referência a ela, sem indicar o que tal demora significou em termos de estigmas relativos à Aids e também o quanto ela colocou em evidência as próprias fragilidades da medicina e da ciência em encontrar soluções para todos os problemas de saúde.
- *Disputa pela descoberta do vírus:* Um dos episódios mais rumorosos na determinação dos sentidos da Aids foi a disputa em torno de quem teria primeiro detectado o agente causador, tal como descrevemos anteriormente. A disputa que envolveu os pesquisadores Luc Montagnier (francês) e Robert Gallo (norteamericano), no entanto, foi totalmente ignorada nas 12 narrativas que analisamos. Outras “disputas”



mais recentes, porém, são referidas, como a quebra de patentes de medicamentos e a luta pela universalização do acesso aos medicamentos para tratamento da Aids.

- *Agentes:* As disputas de sentido em torno da Aids como acontecimento acionam diversos agentes convocados pelas narrativas que tratam do tema e, tal como indicamos, não estamos diante apenas dos operadores jornalísticos e das fontes por eles utilizadas, mas também de diversos atores sociais que buscam o espaço midiático para tornar visíveis seus pontos de vista. Há clara predominância de agentes governamentais e de agências ligadas à Organização das Nações Unidas, específicas ou não ao combate e prevenção à Aids, com sete aparições, vindo na sequência médicos e/ou cientistas (quatro vezes), organizações sociais (duas vezes, todas no jornal *O Globo*), a mídia (duas vezes, ambas na *Folha*, em autoreferência à sua cobertura nos anos 1980) e soropositivos (uma aparição, na notícia sobre suposta cura da Aids).

Considerações finais

Uma das críticas mais recorrentes ao jornalismo e seus métodos diz de sua pouca capacidade de referir ao mundo e aos seus acontecimentos a partir de dados mais robustos acerca de aspectos históricos envolvidos neles. Como tentativa de superar essas críticas, algumas publicações adotam rubricas com remissões a outras coberturas já feitas por elas mesmas ou relembram detalhes essenciais à melhor compreensão e contextualização do acontecimento, de que são exemplos estratégias como “para entender a notícia” ou “entenda o caso”. Ao propormos aqui uma reflexão sobre a memória e suas interconexões com as narrativas jornalísticas, no entanto, buscávamos também questionamentos de outra ordem, que para além da indicação de métodos de resgate de elementos que compõem o acontecimento narrado, problematizassem a memória como um traço indispensável para a própria tessitura das narrativas jornalísticas, assim como Paul Ricoeur a aponta como componente mesmo das narrativas historiográficas e ficcionais. Foi nesse sentido que convocamos as dimensões hermenêuticas e de afetação da experiência como importantes na ampliação do conceito de acontecimento, estendendo-as aos acontecimentos jornalísticos, fazendo aparecer o jornalismo como um dos atores sociais que disputam as atribuições de sentido aos acontecimentos dos mundos natural e social.

Tal como buscamos evidenciar, como acontecimento, ainda que submetido a coberturas de rotina, a Aids ainda se encontra em aberto quanto aos seus significados, ao mesmo tempo em que produz uma série de microacontecimentos em seu entorno. Se memória e



esquecimento, como indica Ricouer, são movimentos articulados em torno de um mesmo problema, o da relação com o tempo, não é possível entendê-los como pares antinômicos, mas antes, como o que nos permite compreender as estratégias que nas narrativas são acionadas na relação com as temporalidades de que se ocupam. Foi assim que procedemos em nossa breve análise das narrativas jornalísticas sobre os 30 anos de aparição pública da Aids.

No caso dos “grupos de risco”, notamos que a memória se preserva apenas parcialmente, à medida que a referência é somente à existência deles, não se problematizando o que eles significaram no passado ou no presente, o mesmo valendo para as noções de “comportamento de risco” e de “vulnerabilidade”. O esquecimento parcial de dimensões históricas das três noções “apaga” em parte dramas vividos por quem experienciou o surgimento da Aids, mas principalmente torna opaca a lembrança das primeiras coberturas jornalísticas sobre a síndrome.

A homofobia, pelo que representou de força mais eloquente na cobertura da Aids nos anos 1980, é a que mais se destaca – embora não numericamente – como memória daqueles tempos nas narrativas que analisamos. Mesmo aparecendo em apenas três narrativas como citação direta (indiretamente é possível notá-la nas referências aos “grupos e risco”), ela mereceu tratamento não dispensado a outros temas, revelando o quanto ainda se trata de problema a ser enfrentado, em pelo menos dois níveis: o do seu combate como questão social complexa, provocadora de danos físicos e psicológicos às suas vítimas, e o do da vulnerabilização que ela promove em termos de exposição ao HIV, tal como aparece nas próprias narrativas sob análise, indicando que, por exemplo, a criminalização da homossexualidade e da prostituição em diversos países impede políticas abertas de prevenção dirigidas a homossexuais masculinos e a homens que fazem sexo com homens.

Relativamente à descoberta das formas de transmissão, as três narrativas que a ela se referem dizem mais de esquecimento do que de memória, à medida que tão somente apontam o fato, sem especificar o que nele esteve envolvido, como destacamos acima. Mais explícito, no entanto, foi o esquecimento relativo à disputa pela descoberta do vírus, episódio que revela um lado obscuro dos primeiros momentos da Aids: uma guerra de bastidores entre cientistas, institutos de pesquisa e empresas da área de saúde para definir quem obteria maiores lucros com a Aids. Lançar luzes sobre aquela disputa seria fundamental para entender as pendengas atuais em torno da quebra de patentes de medicamentos, da produção de genéricos a baixo custo, de *kits* mais baratos e eficazes



de diagnóstico, ainda envolvendo cifras milionárias, que colocam em último plano os interesses de alívio de sofrimentos para soropositivos que ainda não têm acesso a tratamento.

Se nos primeiros anos de divulgação massificada da Aids, as próprias definições dela, então mais envoltas em disputas de significados, levaram as coberturas noticiosas a darem espaço a uma diversidade maior de atores sociais, como os então recentemente criados grupos de apoio e prevenção à Aids (gapas), nossa leitura indica menor quantidade de agentes convocados atualmente, com predominância dos governamentais e das agências internacionais ligadas à área da saúde. A pequena aparição de soropositivos não é novidade e repete padrão das coberturas iniciais, indicando importante traço de esquecimento, que leva ao “apagamento” exatamente de quem está mais diretamente implicado. Se no anos 1980 essa ausência poderia se justificar pelos preconceitos envolvidos (ainda que sempre possível identificar apenas pelas iniciais, ou usando nomes fictícios), a sua permanência, de fato, indica uma estratégia de esquecimento. É evidente que as próprias condições precárias de tratamento nos anos 1980 não permitiram sobreviventes daquele período para contarem hoje suas experiências de ser soropositivo em momento de maior preconceito e estigmatização do que o atual, mesmo ainda sendo necessários muitos esforços para eliminar de vez a depreciação de portadores do HIV. Mas, ainda assim, ficam faltando depoimentos de quem hoje convive com a síndrome que registrem para o futuro o que significa enfrentar uma doença estigmatizante.

Da análise dessa pequena quantidade de narrativas o que se sobressai é que, assim como para as narrativas historiográficas e ficcionais, também para as jornalísticas a relação com o tempo está colocada como central e é possível percebê-la a partir da memória e do esquecimento. Especificamente, a maior incidência do esquecimento do que da memória indica uma dificuldade que o jornalismo tem para lidar narrativamente com a temporalidade.

Referências bibliográficas

- BLOUIN, C.B., et al.. **Aids, informação e prevenção**: imprensa e medicina em busca de respostas. São Paulo: Summus Editorial, 1987.
- CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. **As ciências da Aids e a Aids das ciências**: o discurso médico e a construção da Aids. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994.



- CARVALHO, Carlos Alberto de. **Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas**: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987. São Paulo: Editora Annablume, 2009.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. **Atores em disputa de sentido**: jornalismo e homofobia nas narrativas da *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. Belo Horizonte: Departamento de Comunicação Social da UFMG, 2010 (tese de doutorado).
- FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa** – estudos sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- QUÉRÉ, Louis. **Entre o facto e sentido**: a dualidade do acontecimento. *In*: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa** – Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo II. Campinas: Papyrus, 1995.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.
- SONTAG, Susan. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume II**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

Textos publicados nos jornais

- ESTADO DE MINAS. **Aids em discussão**. Belo Horizonte: Estado de Minas, p. 20. 09/06/2011.
- FOLHA DE S.PAULO. **Acervo Folha conta história do combate à Aids no mundo**. São Paulo: Folha de S.Paulo, p. C4. 29/05/2011.
- FOLHA DE S.PAULO. **Países ricos prometem tratar 15 milhões de pessoas com Aids**. São Paulo: Folha de S.Paulo, p. C8. 10/06/2011.
- FOLHA DE S.PAULO. **Primeiro caso de suposta cura da Aids marca os 30 anos da doença**. São Paulo: Folha de S.Paulo, p. C8. 04/06/2011.
- FOLHA DE S.PAULO. **Sexo anal traz dano aumentado para grupo**. São Paulo: Folha de S.Paulo, p. C6. 22/06/2011.
- FRANCIS, Paulo. **Aids e silêncio**. São Paulo: Folha de S.Paulo, p. 1, Especial. 23/05/2011.
- GODOY, Fernanda. **Aids**: ONU anuncia meta de tratar 15 milhões de pessoas até 2015. Rio de Janeiro: O Globo, p. 36. 10/06/2011.
- JANSEN, Roberta. **Em 79 países há leis homofóbicas**. Rio de Janeiro: O Globo, p. 56. 05/06/2011.
- MAGALHÃES-RUETHER, Graça. **O método não pode ser usado como terapia geral contra a Aids**. Rio de Janeiro: O Globo, p. 56. 05/06/2011.
- MELO, Max Milliano. **Novo desafio mundial**: erradicar a Aids. Belo Horizonte: Estado de Minas, p. 24. 12/06/2011.
- O GLOBO. **Em 30 anos, uma única cura**. Rio de Janeiro: O Globo, p. 56. 05/06/2011.
- VERSOLATO, Mariana. **OMS faz guia para enfrentar avanço da Aids entre gays**. São Paulo: Folha de S.Paulo, p. C6. 22/06/2011.